



Anais da Assembléia

N° 039

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 28.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1991.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Hermas Brandão e João Preis (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N° 15/91

Curitiba, 18 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 54,

inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, por 5 (cinco) dias, a partir do próximo dia 25, com destino ao Paraguai, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que são conferidas pelo Regimento Interno desta Colenda Casa, REQUER à Mesa, inclusão na Ordem do Dia, imediatamente subsequente a esta, do Projeto de Lei n° 82/91 (Que altera a Alínea "A", do Art. 19, da Lei n° 4.766, de 16.11.63), dispensando-se assim, a praxe legislativa, sendo então incluído em pauta para votação, tendo em vista ter sido amplamente discutido e recebido aprovação por unanimidade nas Comissões Permanentes pertinentes.

Se faz necessária a urgência na aprovação do nominato projeto pelo Plenário deste soberano Poder e posterior sanção governamental, haja vista a abrangência do benefício que nele se encerra.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, com fulcro no disposto nos artigos 34 e 40 do Regimento Interno, a constituição de Comissão Especial Interpartidária, integrada por um representante de cada bancada partidária com assento na Assembléia Legislativa, para intermediar a negociação entre o Governo do Estado e as Universidades Estaduais em greve, cujo impasse prolonga-se em prejuízo da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Rossoni, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Paulo Maia e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Os servidores das Universidades Esta-

duais, no intuito de verem recuperados os seus vencimentos sobremaneira defasados, e após incontáveis tentativas de negociações, utilizaram-se do recurso democrático e legítimo da greve como forma de demoverem o governo de sua impassividade.

O resultado, como é do pleno conhecimento de todos, foi a intransigência de parte do Poder Executivo Estadual, negando-se a sentar à mesa das negociações na busca da síntese entre as posições da categoria em greve e do Governo do Estado a bem da comunidade universitária e, por extensão do povo paranaense.

Neste sentido, buscando levar este Parlamento, instância de indiscutível representação da sociedade, a contribuir no processo objetivando solucionar a crise existente, propomos a formação de Comissão Especial integrada por representantes de todas as bancadas partidárias com assento neste Legislativo de forma a, colhendo a opinião e aspirações dos lados envolvidos, formular proposta que contemple os interesses dos servidores das universidades estaduais e leve o Poder Executivo a incrementar as medidas justamente reivindicadas.

REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formação de Comissão Externa da Assembleia, de acordo com o Art. 40 do Regimento Interno, composta de 3 membros e duas (2) entidades de defesa da causa indígena, designados pelo Senhor Presidente com ônus para a Casa, para que seja feita uma averiguação com posterior tomada de providências, com relação a situação dos índios no Paraná.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que a questão do índio no Brasil é muito grave, no entanto muito pouco ou quase nada tem sido feito para resolver essa situação.

Os últimos sobreviventes da nação Guaraní, os Ava-Guaranis, estão em situação caótica. Os 283 índios formam a tribo que vive às margens da Itaipu Binacional irão desaparecer caso as autoridades não tomem alguma providência. Dos 1500 hectares que os índios possuíam, a usina devolveu apenas 231 hectares. Até hoje não houve a indenização das terras, alagadas na construção da usina.

A comunidade indígena de Mangueirinha, onde vivem 1800 Caingangues e Guaranis sofre problemas, que vão desde a manutenção de máquinas agrícolas até a explosão e derrubada de árvores por agentes estranhos

a reserva.

Consideramos da máxima importância que uma comissão de Deputados e entidades ligadas a causa indígena, com a máxima brevidade possível, faça uma averiguação em todas as áreas indígenas e proponha medidas capazes de garantir ao povo indígena paranaense as condições adequadas para a sua sobrevivência e preservação de sua raça.

REQUERIMENTO N° 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção de voto de profundo pesar pelo falecimento do médico e prefeito do município de Bom Sucesso, KURIQUE CANAME, ocorrido em pleno exercício de seu mandato.

Requer outrossim, se dê ciência da decisão desta Casa, à viúva do extinto, Dna. Ivani Caname.

Sala das Sessões, em 18.04.91

(a) COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

Bom Sucesso e todo o Vale do Ivaí ainda planteiam a inesperada morte do médico e prefeito Kurique Caname, ocorrida no dia 24 de março último. Pela terceira vez administrando o município, Caname era um líder na região. Sua figura humana era querida e estimada por todos, especialmente pelos mais humildes, que nele viam a figura de um verdadeiro pai.

A morte de Kurique Caname, se de um lado deixou enorme vazio, de outro fez com que ele fosse lembrado como extraordinário exemplo de trabalho e dedicação a Bom Sucesso e à sua gente, aos quais dedicou 38 de seus 39 anos de médico.

Justa, pois, a homenagem que se deseja prestar a Kurique Caname, para perpetuação de sua memória, inclusive com a transcrição da matéria jornalística anexa, publicada na Gazeta Regional, de Mandaguari, intitulada "Bom Sucesso ainda abalada com a morte de Kurique Caname".

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, encarecendo apoio financeiro à Sociedade Nicolau Copérnico, localizada na municipalidade de Mallet.

De iniciativa do seu Diretor Social, o Senhor Marcos G.M.da Silva, o pedido para a liberação de recursos é no sentido da aquisição de seis holofotes para a iluminação da quadra esportiva da referida en-

tidade.

Por tratar-se de uma solicitação de inegável cunho social, fica-se na expectativa da acolhida deste pedido.

Sala das Sessões, em 18.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância, devidamente equipada, para atender o Hospital de Caridade, localizado na municipalidade de Rebouças.

Notadamente nos casos emergenciais, inúmeras são as vezes em que os socorros médicos se dão de maneira precária ou mesmo não ocorrem, pondo freqüentemente em risco a vida dos que buscam atendimento naquele hospital. Ademais, o traslado de pacientes a centros maiores fica inviabilizado, prejudicando sensivelmente as famílias carentes, que não dispõem de outros meios.

Neste sentido, em acatamento ao proposto pelo nobre Vereador Jaciel Molinari e com o apoio integral dos demais membros do Legislativo, espera-se a total acolhida a esta justa solicitação.

Sala das Sessões, em 18.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA no Paraná, encarecendo urgência na liberação de recursos ao Orfanato São Valdomiro, na municipalidade de Irati.

Vindo ao encontro do pleito formulado pelo Prefeito, o Sr. Alfredo Van Der Neut, trata-se de única entidade responsável pelo atendimento a menores ou abandonados, sendo inegável o trabalho social prestado à comunidade iratiense, assim como aos municípios circunvizinhos. Em que pese as colaborações recebidas da população e do Poder Público local, são enormes as despesas para manter funcionando adequadamente o atendimento às suas cinquenta crianças, razão pela qual é imprescindível o respaldo financeiro dessa Superintendência.

Sala das Sessões, em 18.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscre-

vem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUE-REM o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a construção de um Posto da Polícia Rodoviária na PR.151, perímetro urbano de Castro-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.91

(aa) DOMINGOS DE CARVALHO;

DALTON MACHUCA;

TOTI COLAÇO

e PLAUTO MIRÓ GUIMARAES.

JUSTIFICATIVA:

A PR 151, no trecho Ponta Grossa a Castro, foi recentemente duplicada, fato que, por certo, aumentou o fluxo de veículos na citada rodovia e no perímetro urbano de Castro ela tornou-se perigosa, inclusive já foi noticiado o atropelamento com morte de uma criança, razão suficiente e com urgência para que se construa um Posto da Polícia Rodoviária no perímetro urbano de Castro, bem como para que se controle de forma ordenada o fluxo de veículos naquele trecho e na citada PR 151. Por outro lado, Castro é entroncamento rodoviário para a cidade de Tibagi e para os Distritos de Abapan, Socavão e Castrolanda.

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, consubstanciado em solicitação para que, determine ao órgão competente, sejam tomadas providências para viabilizar a construção de rodovia asfáltica, ligando o Distrito de Palmitópolis à localidade de Jotaesse, estendendo-se até o município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 18.04.91

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é oportuno, pois a construção da rodovia asfáltica, ligando os distritos citados, representará a redenção dos agricultores daquela região, que a cada safra agrícola vivem uma situação aflitiva no escoamento de sua produção.

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, Superintendente da L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência, consubstanciado em solicitação para que,

determine a criação e instalação de um Escritório Regional de atendimento da LBA, na cidade de Toledo, sede da 18ª Região Administrativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento torna-se medida oportuna, pois é uma forma de a L.B.A. poder atender melhor a grande população e inúmeras entidades existentes, que vêm prestando relevantes serviços comunitários, principalmente no atendimento aos mais necessitados.

Ainda se sabe que a L.B.A. vem imprimindo uma nova política de atendimento descentralizado, o que apoiamos e elogiamos, pois é uma medida acertada e que visa mais facilidade e melhor atendimento.

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, para que determine estudos e viabilize de imediato a implantação do ensino de 2º grau, na Escola Estadual Atilio Fontana, localizada na Vila Pioneiro na cidade de Toledo.

Requer, ainda, que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, autorize a ampliação do espaço físico da mesma Escola Estadual, para abrigar a Coordenação dos trabalhos da Escola, sala de vídeo, sala especial para professores atender alunos na recuperação de matérias e uma sala para abrigar a biblioteca, bem como, seja construída a cobertura da cancha polivalente.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica plenamente pelas razões abaixo expostas:

a) - IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

Milhares de alunos estudam na Escola Estadual Atilio Fontana, da Vila Pioneiro em Toledo, pois nela está implantado o ensino do 1º grau e o Supletivo de 1º grau.

O Bairro da Vila Pioneiro é o mais populoso da cidade de Toledo, o que conseqüentemente apresenta um maior número de jovens à procura da escola em busca do ensino e formação.

Faz-se necessário implantar urgentemente o ENSINO DE SEGUNDO GRAU, pois é fato concreto e lamentável, que a maioria dos alunos não continua os estudos para a sua formação integral em razão da inexistência desse ensino.

É nossa obrigação indicar tais fatos, para que o Governo mais rapidamente tenha

o devido conhecimento para cumprir a determinação constitucional, dentro das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo II - Seção I, DA EDUCAÇÃO.

b) - AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

Pelas razões acima apresentadas e o elevado número de alunos, se faz igualmente urgente a ampliação do espaço físico da escola, construindo as salas e dependências especificadas no requerimento.

A construção da cobertura da cancha de esportes polivalente é premente, tanto para dar condições da prática esportiva em dias de chuvas e principalmente para dar condições de exercícios, na disciplina de Educação Física.

Solicitamos assim, o devido apoio dos Excelentíssimos Senhores Deputados e providências urgentes das autoridades competentes.

REQUERIMENTO N° 824

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que os horários destinados regimentalmente ao Pequeno Expediente, Grande Expediente e os das lideranças partidárias, sejam prorrogáveis, bem como, intransferíveis de uma para outra Bancada, ou ainda, entre os parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(aa) NELSON GARCIA,

NELSON JUSTUS,

DUÍLIO GENARI,

BASÍLIO ZANUSSO,

ERONDY SILVÉRIO e

GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, solicitando a construção de uma casa para zelador da Escola Estadual Professora Maria Ignácia - Ensino de 1º Grau, localizada na municipalidade de REBOUÇAS.

Conforme a relação em apenso, a aludida obra se destina a fixação de residência de zelador, que também cumprirá a função de proteger as instalações daquele estabelecimento, como afirma a Senhora Diretora Ana Maria Padilha Rodrigues.

Aguarda-se a adoção de medidas compatíveis ao que alude o presente pedido.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

Projéto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 140/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O parágrafo 4° do artigo 1° da Lei número 7634, de 13 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4° - Ao servidor em regime de acumulação lícita de cargos é facultada a contagem de tempo de serviço de que trata esta lei, em ambos os cargos, no caso de os serviços prestados sob o regime da Previdência Social Urbana terem sido de 8 (oito) horas diárias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, como regra geral, veda a possibilidade de acumulação de cargos ou funções no serviço público. São "números clausus" as exceções lá apontadas. Estas excepcionalidades, entretanto, albergam um número considerável de servidores que, ao se aposentarem, voluntariamente, por tempo de serviço, só têm direito à contagem de tempo de serviço prestado sob o vínculo da Previdência Social Urbana em apenas 1 (hum) cargo, mesmo que tenham trabalhado 08 (oito) horas diárias, ou ainda, dois turnos de 04 (quatro) horas.

Neste caso do servidor detentor de dois cargos no serviço público, em razão da fruição de prerrogativa constitucional já declinada acima, à época de sua aposentadoria, restará iniludivelmente prejudicado, pois, apesar de ter trabalhado um período vinculado à Previdência Social Urbana em jornada diária de 08 (oito) horas, pode incorporar este tempo, nos termos da Lei vigente, em apenas um dos cargos de 04 (quatro) horas diárias, quando seria lógico e justo que pudesse incorporar este tempo de serviço prestado com 08 (oito) horas diárias nos seus dois padrões (cargos) de 04 (quatro) horas diárias cada um. É o que propõe este projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 141/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Aos ministros de cultos religiosos é permitido o livre acesso aos hospitais para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes.

§ 1° - A permissão de que trata esse artigo fica condicionada às regras determinadas pela direção do hospital, que restringem ou impossibilitam a presença de

pessoas estranhas à equipe de saúde, principalmente nos Centros e Unidades de Terapia Intensiva.

§ 2° - Além da autorização médica, a permissão deve ter anuência do paciente, ou de seus parentes mais próximos, caso o mesmo não tenha condições de decidir por si.

§ 3° - Os hospitais particulares que mantenham qualquer vínculo com o estado deverão obedecer ao previsto no "caput" deste artigo.

Art. 2° - O ministro de cultos religiosos se obriga a apresentar a sua credencial de ministro, quando lhe for solicitada para que possa ter acesso ao recinto do hospital.

Art. 3° - Será responsabilizada, nos termos da lei, a pessoa que, em nome ou representando a administração hospitalar, dificultar ou impedir a entrada de ministros de cultos religiosos nos nosocômios de qualquer espécie localizados no Estado.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) JOAO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente propositura, assegurar o livre acesso dos ministros dos credos religiosos nos nosocômios públicos ou privados, para atendimento espiritual e religioso às pessoas internas nos aludidos estabelecimentos hospitalares.

A Constituição Federal, garante a assistência religiosa a todo aquele que tiver interesse ou que venha a solicitar a assistência de um representante da religião que professa, investido das prerrogativas e dos poderes inerentes a função hierárquica religiosa.

Ocorre, muita vez, que muitas pessoas doentes, necessitadas de um ministro de sua religião, não podem receber a visita confortadora de seu guia espiritual, devido a regulamentos ou convenções de hospitais em que se encontram internadas.

Ora, a Constituição Federal veda qualquer discriminação religiosa, ou o favorecimento de uma religião em detrimento de outras.

Embora seja assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, os que se encontram internados em hospitais, têm dificuldades de poderem praticar os atos religiosos de sua crença religiosa.

É pois, com o intuito de permitir a muitos religiosos o benefício da assistência espiritual e, em consonância com o preceito constitucional de liberdade religiosa, que propomos a elevada considera-

ção desta Casa de Leis, o presente projeto de lei, visando a atender significativa parcela da população brasileira carente de assistência religiosa, quando internada em hospitais de qualquer natureza, e, ao mesmo tempo, evitar possa ocorrer constrangimento a Ministros de Cultos de se verem impedidos de entrar em determinados hospitais, onde vão com o fim de prestar a caridade e de fortalecer a fé em Deus.

Desnecessário seria dizer o quão importante a assistência espiritual é para o doente, ajudando na maioria das vezes, para um mais rápido restabelecimento e para a própria cura.

Esperamos que o nosso projeto de lei, mereça a aprovação de nossos ilustres Pares, tendo em vista os relevantes benefícios que o mesmo trará àqueles que, infelizmente, passam dias, semanas, meses e anos confinados num leito de dor e que ao receberem a tão esperada visita do representante de sua religião, irão sentir-se mais confortados e reestabelecidos em sua saúde.

PROJETO DE LEI N° 142/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao orçamento da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2° - Servirá como recurso para o crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente do excesso de arrecadação nos termos do artigo 43, § 1°, inciso II, da Lei n. 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3° - Os recursos de que trata o "caput", do artigo 1° deverão ser aplicados para conclusão das obras de construção do Hospital Universitário da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Art. 4° - O Poder Executivo, providenciará, mediante decreto, a adequação das medidas necessárias à implementação da presente lei, num prazo de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) NILTON CÉSAR SERVÔ

Apoiamento:

João Iensen, Algaci Túlio, Domingos Carvalho, Colombino Grassano, Dobrandino da Silva, Plauto Miró Guimarães, Durval

Amaral, Ernani Pudell, Dalton Machuca, Emília Belinati, Paulo Maia e Dr. Rosinha.
JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva a abertura de crédito suplementar para a conclusão das obras do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá.

Considerando a posição do município de Maringá como pólo na região, constata-se flagrantemente a necessidade de agilizar melhoria do equipamento social.

A Universidade de Maringá tem presença marcante na Região, em função dos diversos serviços sociais e tecnológicos colocados à disposição da população.

A conclusão das obras do Hospital Universitário, torna-se desta forma, premente em virtude de tal procura.

Neste momento da vida nacional há que se adequar e priorizar alguns setores, com o objetivo de minimizar os impactos dos desequilíbrios sociais, notadamente nas áreas de saúde, educação, dentre outros.

Este Parlamentar, entende que a medida proposta vem ao encontro de tais necessidades.

Salienta-se ainda, que o aquecimento gradual da economia deverá propiciar excesso de arrecadação ao Tesouro do Estado, permitindo ao Governo a concretização da proposta no presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 143/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica acrescido ao parágrafo 1° do artigo 5° da Lei Complementar número 37 a "alínea" "c" com a seguinte redação:

c) - de serviço prestado sob o vínculo da Previdência Social Urbana, qualquer que tenha sido a jornada, independentemente da contagem deste tempo no padrão remanescente.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Regime Diferenciado de Trabalho, uma antiga aspiração da categoria do Magistério Paranaense adotada pela administração pública por força do reconhecimento dos seus benéficos efeitos ao processo educativo e após grande mobilização dos professores e especialistas de educação, trouxe a possibilidade do servidor ter seu tratamento gerencial como recurso humano como sendo "uma só pessoa", independentemente do número de cargos que ocupe - tendo em vista a cumulação lícita de dois cargos de

Magistério.

Para ter direito à opção do RDT o detentor de dois padrões é obrigado, por disposição legal, a exonerar-se de um dos dois, efetuando-se uma espécie de "extensão de jornada" do padrão remanescente. Assim, se era detentor de dois padrões de 20 horas-aula semanais, totalizando 40 horas, passa a ter um padrão inserido no Regime Diferenciado de Trabalho de 40 horas.

Ressalte-se que se a intenção do Regime Diferenciado de trabalho foi também humanizar o tratamento gerencial dispensado ao professor pelos órgãos responsáveis da administração pública, tornando o seu trabalho um só trabalho. Assim, o detentor do Regime Diferenciado é sem dúvida detentor de 1 (hum) padrão de 40 (quarenta) horas, todos os tempos anteriormente prestados ser incorporados para fins de aposentadoria como se fora a um só padrão.

Da forma como constituído, porém, destacando um padrão remanescente e uma Parcela de Complementação de Carga Horária, a contagem de tempos anteriormente prestados em serviços regidos pela Previdência Social Urbana é feita apenas parcialmente, no padrão remanescente, mutilando a aposentadoria pela não contagem deste tempo também na Parcela de Complementação de Carga Horária, como seria devido e que contemplaria a adoção do RDT como efetivo instrumento de unificação da jornada de trabalho do servidor público de Magistério.

Tal tratamento gerencial de reconhecimento da unidade do padrão de 40 horas, ou 30 horas, no Regime Diferenciado de Trabalho, contemplado enquanto este encontra-se na "ativa", deve acontecer extensivamente, também, quando este está para se aposentar.

Esta alteração proposta atende a esta intenção, está amparada na justiça do pleito, e, principalmente, coloca o Regime Diferenciado de Trabalho em sua perfeita aceção e atende aos objetivos de sua adoção como sistema de gerenciamento de recursos humanos.

Para efetuar-se a opção ao RDT, ressalte-se, é necessário que o professor ou especialista de educação tenha sido detentor de dois cargos ou 1 (hum) cargo com "aulas extraordinárias", que nada mais são do que um expediente de extensão de jornada para o exercício das mesmas funções. Devido portanto, a adoção deste tratamento proposto pelo projeto de lei, independentemente da jornada do RDT de que seja detentor o professor, seja com 30 ou 40 horas semanais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A situação aflitiva da agricultura paranaense tem sido relatada por vários dos Senhores Deputados. Nesta Casa, existe o bloco agropecuário, que se preocupa também com os problemas da agricultura e da pecuária.

Recebi Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada um telex dirigido pelo Presidente José Aroldo Galassani, Diretor-Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense, de Campo Mourão, uma das mais importantes cooperativas desse País.

Sou um homem identificado com o problema do cooperativismo paranaense, fazendo parte de uma das cooperativas expressivas do Norte do Paraná, a COROL.

Quero ler, Senhor Presidente, para que conste dos Anais desta Casa e que também se officie ao Senhor Presidente da República do seguinte telex enviado: "Pelo engenheiro agrônomo, José Aroldo Galassani, Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense; Excelentíssimo Senhor Fernando Afonso Collor de Mello, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Brasília Distrito Federal".

(Lê):

Senhor Presidente:

A Agricultura brasileira passa pelos piores momentos de sua história, arcando com um sacrifício infinitamente desproporcional aos demais segmentos econômicos do País. Preocupa-nos o preço que os brasileiros terão que pagar pela organização do sistema. Somos uma Cooperativa que congrega mais de 36 mil produtores rurais, dos quais mais de 80% são mini e pequenos.

Tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência, num dever patriótico que temos para com a nossa Nação, de alertá-lo sobre alguns aspectos cruciais para os quais deve Vossa Excelência voltar sua atenção urgentemente.

PROAGRO:

O ressarcimento das indenizações do "PROAGRO" está suspenso desde janeiro de 1990, com o advento da Resolução n. 1676 do Banco Central, e hoje já totalizando mais de 65,8 bilhões de cruzeiros, sendo 11,8 bilhões nas instituições privadas e 54,0 bilhões junto ao Banco do Brasil, sendo que ainda estão pendentes na CER - Comissão de Recursos, mais de 30 mil processos para serem analisados.

Esta Cooperativa, que atua fortemente no crédito de repasse junto a mini e pequenos produtores está com pendência a ser resolvida desde a safra de trigo de 1989,

num total de mais de Cr\$ 3,3 bilhões.

Em consequência de tal fato, reduz-se o valor a ser aplicado na agricultura pelos Bancos - Porque o Governo não está cumprindo com a sua parte - gera dificuldades aos Agricultores para obtenção de novos créditos e dificulta o enquadramento dos financiamentos em função do risco concentrado junto ao agente financeiro.

Assim sendo, além do Governo não estar aplicando praticamente nada na agricultura, ainda está interferindo fortemente para que os Bancos não apliquem a sua exigibilidade.

Se o Governo, cumprisse com a sua parte, estes recursos amenizariam em muito os problemas de plantio de trigo, safra 91, comercialização da presente safra, sobre as quais mais adiante iremos comentar.

Por outro lado a Cooperativa que procurou apoiar o produtor na época de plantio, também agora está com seu capital de giro imobilizado, isto porque o produtor não liquida suas contas enquanto não recebe a indenização a que tem direito do "PROAGRO".

Com sucessivos "PROAGROS" não indenizados, hoje já se torna difícil o enquadramento de novos financiamentos para efeito de rebate de percentuais não indenizáveis, instalando-se o verdadeiro caos no sistema de crédito rural.

Urge pois, Senhor Presidente, o ressarcimento imediato dos valores pendentes, gerando recursos nos bancos para o financiamento de comercialização e das lavouras de inverno que ora estão em andamento. É necessária a agilização do processo de deliberação da CER - Comissão Especial de Recursos, e uma definição de verbas no Orçamento Geral da União para a realização dos ressarcimentos dos processos pendentes.

TRIGO SAFRA 91.

Já estamos na segunda quinzena de abril (em plena época de plantio do trigo) e nenhuma definição sobre os recursos para o plantio de trigo da presente safra nos foi dada.

Até o presente momento os produtores que fizeram a EGF, Safra 90, não têm como comercializar o seu trigo egegado, pois que o mercado não os remunera, nem o governo cumpriu com as normas de transformar seu produto em AGF, complementando seu pagamento. Só esta cooperativa tem cerca de Cr\$ 100 milhões para receber de complemento. Sem correção, quando esses recursos forem liberados, os valores a receber estarão totalmente corroídos pela inflação.

Quanto ao plantio de trigo da presente safra não pode o Governo simplesmente abandonar os produtores, entendendo que é

melhor importar, pois sabemos perfeitamente que custo de importação, posto moinho, no mínimo, é igual ao custo nacional.

Importar é beneficiar os produtos de outros países, os quais lá são subsidiados. O Governo tem que olhar um pouco mais além, pois que existe toda uma estrutura montada para a cultura do trigo e que não pode ser abandonada.

São prestações de investimentos de produtores que foram assumidas para pagamento com os resultados de tais culturas. São estruturas de armazenagem de cooperativas que foram montadas para atender à cultura do trigo. É a terra que, sem ser coberta, se infesta de ervas daninhas, além de ficar sujeita à erosão, perdendo consequentemente suas qualidades, com sérias consequências para o futuro.

Abandonar a cultura de forma como estamos presenciando, é relegar a um plano secundário os problemas seriíssimos do campo, com reflexos desastrosos que desaguarão no êxodo rural.

Existe aí, Senhor Presidente, uma função social do financiamento agrícola que deve ser levado em conta. Pois de que vale combater os problemas sociais dos grandes centros urbanos se não estancarmos uma das suas origens que é o êxodo rural.

É toda uma economia que gira em torno de tal cultura. São tratores e colheitadeiras que são acionados. É a arrecadação de ICMS (cerca de Cr\$ 18 bilhões) e Funrural (Cr\$ 3,9 bilhões) que deixam de ser gerados, além do grande volume de fertilizantes, defensivos e combustíveis que são consumidos.

O trigo é importante para nossa economia. Investir na pesquisa do trigo é muito importante para o País. Importarmos trigo é declarar nossa incompetência para resolvermos nossos problemas. É fugir da realidade e ficarmos na dependência externa, escravos desta nossa incompetência, ou comodismo, quem sabe.

Urge, Senhor Presidente, que se destine os recursos necessários para o custeio do trigo, safra 91. E para a concretização do seu plantio é necessário também que não se considere as frustrações anteriores para efeito de rebate de "PROAGRO", a exemplo do que foi agora decidido para as vítimas da seca na região Sul.

COMERCIALIZAÇÃO SAFRA VERÃO 90/91.

Até o presente momento, Senhor Presidente, praticamente nenhum recurso foi liberado para a comercialização da safra de verão 90/91.

É humanamente impossível querer que se comercialize uma safra que é colhida em três meses e que vai abastecer o País durante doze meses, sem qualquer aporte de

recursos financeiros a juros compatíveis com a atividade agrícola.

Desejar baixar a inflação via escassez de recursos para comercialização agrícola, é matar o produtor de inanição. A queda dos preços agrícolas, motivada pela concentração de oferta, geram uma inadimplência generalizada em função dos altos custos de financiamentos.

Se já não tivermos recursos suficientes para o custeio, como o produtor poderá se capitalizar para os próximos plantios?

Será que a escassez de recursos para a comercialização irá beneficiar o consumidor? Será que não é somente os intermediários é que vão ficar com o maior lucro? Será que não é somente o produtor que irá perder?

Indagamos, Senhor Presidente: a utilização dos recursos à taxa de juros de mercado (hoje em torno de TR + 50% AA) vai beneficiar o consumidor? O produtor? O industrial?

Quem vai sair beneficiado com esta escassez de recursos à taxa de crédito rural? Será que não serão somente os bancos?

O melhor incentivo para se produzir, Senhor Presidente, é o preço justo. De nada adianta promovermos a reforma agrária, dando terra para quem não tem, se não estamos dando a mínima condição àqueles pequenos produtores que já estão na terra e nela sabem trabalhar.

Com a atual política que estamos vendo ser praticada, vamos expulsar da terra aqueles que nela sabem trabalhar e vamos dar terra para quem não vivencia com ela.

Existe hoje, principalmente no Sul do País, uma excelente estrutura de armazenagem montada por cooperativas de produtores rurais. Essas cooperativas assumiram, nesta região do País, uma função que o Estado teve que assumir em outras ocasiões e outras regiões a custo muito elevado para o erário público. Essas cooperativas precisam ser apoiadas e incentivadas a continuarem com sua grande missão, caso contrário, toda atividade agrícola no País corre risco de ser desestruturada.

Hoje já temos a pesar sobre a agricultura, uma das maiores taxações do mundo, em termos de custo de fretes, estamos muito longe de nosso concorrente principal, os Estados Unidos, também os custos portuários são os mais caros do mundo.

E em todo o mundo a agricultura é subsidiada.

Necessitamos, pois, Senhor Presidente, urgentemente de recursos a juros agrícolas para comercialização. Os bancos privados, previam aplicar em abril cerca de Cr\$ 80 milhões, face às exigibilidades. Praticamente nada foi aplicado até o momento, e a alegação dos mesmos é que estão super aplicados.

Temos que ter recursos para comercialização da safra, sob pena de se instalar o caos na área.

CONCLUSÃO

Senhor Presidente, são estes, no momento, os principais problemas que estão paralisando a atividade agrícola.

O retorno na atividade agrícola é um dos mais rápidos de toda atividade econômica.

A agricultura está abandonada à própria sorte. Estão querendo combater a inflação às custas da agricultura. Estamos nos empobrecendo cada vez mais. Esta é a consequência. Quando a agricultura não vai bem, todo o País passa a sentir seus efeitos.

Esperamos pois que Vossa Excelência, reexamine a postura do Governo frente aos problemas deste setor, pois que na agricultura, o que se destrói em um ano, leva-se quatro para reconstruir.

Certos de que possamos contar com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente

Eng. Agr. JOSÉ AROLDO GALLASANI
Diretor Presidente

COAMO - Cooperativa Agropecuária
Mourãoense Ltda

Esta é a mensagem, este é o apelo, este é o apelo dramático enviado pelo Senhor Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense - a COAMO, Engenheiro José Aroldo Gallassini, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Esperamos que esta Assembléia se manifeste a este respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Florisvaldo Fier com a palavra.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O Brasil de 1.500 era o Brasil do Pau-Brasil, e hoje é o Brasil da Sharp, Volkswagen, Phillips e a Gillette que dizem ser do Brasil 1.500, Terra de Santa Cruz, hoje terra da Souza Cruz 1.500, seis milhões de índios: hoje, não passam de 200 mil. Causa do extermínio: a civilização, o homem branco.

Pouco restou desses índios. E a última tribo que em 88 tinha 1.910 índios era os Yanomamis. Era a última grande nação indígena do continente americano.

A causa desse extermínio, dessa grande tribo dos Yanomamis é a mesma que dissimulou todas as tribos brasileiras e isto já deixado claro pelo índio David Capenawa

Yanomami. Diz o Líder dos Yanomamis:

"Nós Yanomamis estamos morrendo por causa de doenças, malária, gripe, desintéria, doenças venéreas, sarampo, catapora e outras doenças que índio não conhecia, trazidos pelos garimpeiros que vieram de fora. Estas doenças, a gente não consegue curar, os pajés não conseguimos; doença de bala, pajé também não consegue curar; doença de índio, pajé pode curar".

E esses índios brasileiros, assim como os Yanomamis e os índios da terra paranaense, são mortos de morte matada e morte morrida, cuja responsabilidade é a chamada civilização que mata de fome, doença, bala e veneno.

E diz o índio Taxaúra Brito Yanomami:

"Já acabaram com a água, já contaminaram a água, já acabaram com a pesca e caça que nós comemos e, por isso, estamos passando muita necessidade".

Este é um dos maiores assassinatos que ocorrem em nosso século, são os assassinatos dos índios brasileiros.

Acerca de um ano e meio atrás, em declaração que demos de tomada de defesa da causa indígena, fomos chamados pelo Ministro da Justiça, Saulo Ramos, a provar que os índios estavam morrendo. Não é necessário muitas coisas para se provar e nem é difícil porque os índios morrem e são assassinados todos os dias.

O mesmo David Capenawa declara hoje, na "Folha de São Paulo", que daqui a dez anos não terá mais índios Yanomamis e muitos deles, com certeza, serão vítimas do cólera, que hoje já entra pela região Norte do nosso País. Doença esta que, provavelmente, chegará às tribos indígenas levada por nós brancos também, e mais precisamente pelos garimpeiros que o Governo Federal teima em deixar nas terras indígenas.

O Ministro Alceni Guerra, ao contrário de ir para a televisão dizer como que se evita a doença, vai e declara que o Brasil está preparado para enfrentar mais essa catástrofe. Isto não é verdade, porque no Brasil nem 50% da população tem água tratada e menos de um terço da população tem saneamento básico sendo este o principal veículo do cólera: a água.

A situação do índio no Brasil, que já vem sendo crítica nos últimos anos e que agora com o cólera poderá exterminar o resto da nação, nos preocupa. A nós, neste Parlamento, cabe principalmente a defesa, mais especificamente, do índio paranaense.

É neste sentido, com essa preocupação, que solicitamos aos nobres Pares a aprovação de um requerimento para a formação de uma comissão, composta por três Deputados, e mais dois representantes da causa indígena para fazermos um profundo levantamento e um estudo da situação do índio no

nosso Estado porque o índio devemos muito, a ele devemos boa parte da vida e da cultura do Brasil, e, principalmente, devemos respeito, que é o que a população não tem tido ao exterminá-los, ao assassiná-los como vem ocorrendo desde mil e quinhentos no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Deputada Emília Belinati. (Lê):

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

"Dia 21 de março esta Assembléia aprovou um requerimento de minha autoria, através do qual foi solicitado que as autoridades estaduais - os Senhores Secretários Goyá Campos, da Justiça, e Moacir Favetti, da Segurança Pública - tomassem providências quanto aos problemas da cadeia pública de Londrina, que foi construída em 1949.

Ontem, o "Jornal de Londrina" registrou, em matéria de página quase inteira, a crítica situação da cadeia, que tem capacidade para 130 detentos, mas está com 190, muitos deles dormindo nos corredores.

As autoridades policiais e judiciárias do município de Londrina estão reivindicando a construção de um mini-presídio, como forma de solucionar os problemas da cadeia, onde as tentativas de fuga e as brigas entre os detentos são fatos cotidianos.

Aqui na tribuna, renovo um apelo aos Senhores Secretários de Estado da Segurança Pública e da Justiça, para que atendam o mais rápido possível a reivindicação de um mini-presídio para o município de Londrina. Porque, como bem diz o jornal, a cadeia pode "explodir" a qualquer momento.

Londrina está necessitando de solução urgente para este problema de segurança pública. É o que esperamos das autoridades estaduais".

Nós queremos agora neste instante fazer mais um apelo ainda às nossas autoridades, ao Ministro, ao Secretário da Segurança e ao Secretário da Justiça, para que tomem providências urgentes, porque na semana passada nós vimos, através da televisão, um início de incêndio na Cadeia de Londrina, e nós vimos também a morte de um preso na Cadeia.

A situação da Cadeia Pública de Londrina merece mais atenção das nossas autoridades.

Nós viemos aqui hoje para reforçar este pedido às nossas autoridades para que tomem providências urgentes a respeito da Cadeia de Londrina.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Prezado Presidente, Srs. Deputados.

Eu venho hoje a esta tribuna para falar um pouco sobre um assunto que tem sido notícia de jornal de muitos dias, o que aqui inclusive nesta Assembléia já foi tratado. O assunto é a "Ferroeste".

Nós que, quando Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, fomos solicitado naquela época pelo Sr. Governador para que assumíssemos também a FERROESTE para que esta obra, que todos concordam que é importante para o nosso Estado, finalmente saísse do papel. E nós, na época, aceitamos o desafio. Era mais um cargo que teríamos que ocupar, e quero já deixar bem claro que ganhava só um salário.

Verificamos a situação da "Ferroeste" e sentimos que alguma coisa tinha que ser feita. Existia apenas um projeto de mais de 20 anos, onde o custo do quilômetro da ferrovia estava previsto para custar 1 milhão e 300 mil dólares. Era uma ferrovia da época do "Brasil Grande", uma ferrovia de 1ª classe que, se executada, não conseguiria nem se encaixar na atual ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá e liga a Guarapuava.

Procuramos então fazer um projeto porque só se falava da "Ferroeste"; e todos nós sabemos que para se conseguir recursos para a execução de alguma obra, você tem que ter um projeto de engenharia pronto, concluído e que seja viável.

O Estado do Paraná, na época, contratou uma empresa canadense para nos dar assessoria, quando essa empresa chegou à conclusão que o custo máximo por quilômetro com a ferrovia, nos moldes da nossa aqui, poderia custar até 500 mil dólares o quilômetro. Então, aquele projeto que existia teria que ser jogado fora, e é o que foi feito. E nós teríamos então que fazer um novo projeto. Só que existia apenas um pequeno detalhe, detalhe mínimo: não tinha dinheiro.

Todo mundo falava da FERROESTE, todo mundo achava que a obra já estava atrasada e não tinha projeto. Foi naquela época, com a nossa experiência na Secretaria dos Transportes, que nós resolvemos inovar um pouco e fizemos uma coisa que pela primeira vez no Brasil se fez, nós conseguimos tomar dinheiro dos empreiteiros antes de fazer a obra. Se toma muito dinheiro dos empreiteiros, não se pagando a eles. Isso é comum no Brasil. É moda. Faz-se a obra e não se paga. Nós conseguimos sensibilizar alguns empreiteiros do Paraná para que eles dessem a sua colaboração, pagando o projeto desta obra que teria que ser executada num prazo mais curto possível.

Contatamos com uma série de empresas e apenas algumas, em torno de doze, se prontificaram a colaborar com o Estado do

Paraná, pagando o projeto para execução dessa ferrovia.

Foram cinco milhões de dólares pagos ao Estado do Paraná, para que esta obra, finalmente, tivesse o seu projeto e conseguimos, naquela época, reduzir os custos desta ferrovia para algo em torno de 400 mil dólares o quilômetro.

Este é o projeto que hoje existe e existe graças ao pagamento que algumas empresas efetuaram. Pagaram por que? Porque elas tinham expectativas da obra, naturalmente, pois são empresas empreiteiras. Essas empresas foram selecionadas. A "FERROESTE" é uma empresa privada, podia selecionar as empresas que quisesse contatar e foram selecionadas as melhores empresas do Paraná e assinado o contrato.

Depois de um certo tempo, já após a minha saída da Ferroeste, nós sentimos e verificamos nos jornais, que o Tribunal de Contas queria que se fizesse uma concorrência pública para execução da obra e essa concorrência pública, o Governador determinou que se fizesse. Eu, se fosse ele, não faria, porque nós já sabíamos o que ia acontecer. Basta a gente participar do meio, a gente sabe com quem a gente pode contar na hora da execução de uma obra como essa. Poucas empresas do Paraná teriam condições de executar uma obra como esta. E o que ocorreu? Ocorreu que as mesmas empresas através de uma concorrência pública, bonito nome: concorrência pública ganharam os mesmos trechos e foram selecionados para execução da obra.

Depois disso, agora recentemente, já no atual governo, nós temos verificado nos jornais, pessoas provavelmente sem conhecimento de causa, gente que, pelo jeito, está ouvindo pouco e falando muito, quando deveria ouvir um pouco mais, falando inclusive em cartel para execução de obra. Que cartel, Srs. se a obra tem um preço fixo, determinado pelo Governo, preço máximo? Só se for cartel de português para diminuir o preço da obra. A obra tem um preço fixo. Que cartel que vai se fazer? Para fazer o que? Então, tem gente ouvindo muito pouco e falando muito. Parece que o Governador já deu uma falada para que se procurasse colocar as coisas nos eixos. Tem gente, inclusive, que hoje comanda a "Ferroeste" e acha que deve ser modificada. Essa mesma pessoa comandava essa mesma "Ferroeste" no governo passado. Parece que ele tem memória curta.

O que o Paraná quer é que, finalmente, se tire a "FERROESTE" do papel e se comece essa obra.

Vamos deixar de desculpas! Chega de desculpas! A obra tem projeto. A obra está controlada. Façam a obra! Cascavel não agüenta mais isso! O Oeste do Estado não agüenta mais isso! Chega de conversa, va-

mos fazer a obra. E é isto o que espero do atual Governo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O jornal "Correio de Notícias" e "Correio do Sudoeste" publicam hoje na coluna da respeitada jornalista Débora um título que nos preocupa e que queremos mencionar nesta sessão da Assembléia: "Comprando consciências e almas". E o Jornal publica aqui um recibo que comprova a decadência em que se encontra a política no nosso País.

A vergonha que certos políticos perderam e que o nosso povo quando critica, quando não acredita nos políticos e na prática da política de certos partidos e de certas pessoas, faz o que fez na última eleição votando nulo e votando em branco.

O jornal publica - e eu também tenho em mãos uma cópia do recibo, que diz o seguinte: "Recebi da TVT Produções e Editoria a importância de US\$ 1.000.000 (Um milhão de dólares), como parte do pagamento pela cessão do horário gratuito de Rádio e Televisão (quarenta minutos a serem usados pelo Governador Orestes Quercia), no programa do PSD a ser veiculado no dia 14 de março de 1991, ficando o PSD isento de qualquer responsabilidade pelos custos de produção dos programas de Rádio e Televisão."

No dia 14 de março, perplexa, a população brasileira, às 20:30m, ligando a televisão ouvia um programa do PSD fazendo a propaganda política do Governador de São Paulo que no dia seguinte deixava o Poder. E que, nitidamente, estava a propaganda política de quem quer ser o Presidente da República no futuro.

A imoralidade com que se tratam estas questões nos deixam preocupados.

Também podemos resgatar que aqui no Paraná não deixou de ser diferente, como o PST, com o Governador que deixava o Poder há alguns dias atrás.

Este tipo de imoralidade, este tipo de política, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos deixa preocupados porque há mais ou menos dois anos, um brasileiro, que era Governador de um Estado do Nordeste chamado Alagoas, no mesmo estilo, alugou um partido chamado Partido da Juventude para dar início a sua descabida, a sua caminhada à Presidência da República. Os brasileiros hoje estão perplexos, estão arrependidos, principalmente aqueles que votaram no Presidente Collor para colocá-lo na Presidência da República.

Prática idêntica que Collor fazia,

quando alugava os partidos de aluguel, na sua trajetória à Presidência da República está acontecendo com outros dois políticos, neste País, e eu cito os nomes, Álvaro Dias e Orestes Quercia. E nós, Senhores Deputados, Senhor Presidente, nós políticos, que queremos uma democracia forte, que queremos fortalecer a democracia, para isso precisamos de partidos sérios e também de políticos sérios. De políticos que têm personalidade, que têm compromissos com seus programas, com seus propósitos e também com seus partidos!

Isso nos preocupa quando esta novela começa a se repetir, 4 anos antes da próxima eleição para Presidente da República, e eu quero parabenizar o jornal "Correio de Notícias" e "Correio do Sudoeste", por publicar, na íntegra, cópia deste recibo que Quercia pagou à uma produtora de televisão, a produção do dito cujo programa do dia 14 de março, e da mesma forma, criam-se suspeitas do programa do PST, alguns dias após este.

E durante a semana que vem, nós estamos enviando ao TSE, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal, requerimento para a apuração desta prática nefasta, se publica nos meios de comunicação um recibo desta natureza, isso se chama crime eleitoral, crime contra os partidos políticos, e crime contra a política, no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - (LÊ) - "Enquanto um homem for dono deste campo e mais daquele campo, e outro homem se curvar, jornada após jornada, sobre a terra alheia ou alugada, e não tiver de seu nem o chão onde vai cair morto - esperem a guerra. Ela Explodirá - enquanto não explodir estará lavrando surda.

O homem rico, lutará contra outro homem rico, que também quer ficar mais rico; e o homem pobre, lutará por ele, ou contra ele.

Lutará, para não perder o pouco que tem, ou lutará, porque não tem nada a perder."

Rubem Braga, Cristo Morto, abril de 1945.

Há quase meio século de inspirado, o poema de Rubem Braga, possivelmente, nunca foi tão atual. Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:

Foi em 1946, quando a Assembléia Nacional Constituinte incorporou à Constituição, o imperativo de "promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos", que a questão

fundiária começou, efetivamente, a merecer atenções.

Ao longo das duas décadas seguintes intensificaram-se os debates, revitalizaram-se as propostas de ampliação de um acervo legal específico, com o objetivo de respaldar as transformações estruturais do setor primário.

No Governo de Goulart, em 1961, a formulação da proposta do Plano Trienal reconheceu que, a persistir a deficiente estrutura agrária e o baixo desempenho do setor agrícola, esses se constituíram no maior empecilho à expansão do mercado consumidor urbano, e poderia comprometer os esforços do nascente processo de industrialização nacional.

Não obstante, o Plano surgisse marcado por uma razão menos social que a emoldurada da Constituição de 46, persistia no cenário rural a necessidade de prover-se a reforma agrária.

A edição da Emenda Constitucional n° 10, em 30 de novembro de 1964, no Governo Castelo Branco, propiciou que nos casos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, a indenização em espécie fosse substituída pela indenização através de Títulos Especiais da Dívida Agrária, o maior entrave que a disposição constitucional de 1946 encontrara, até aí, para ser cumprida.

Nesse mesmo dia, o Governo promulgou também o Estatuto da Terra, e o Brasil passou a contar com um balizamento político-institucional mínimo para instrumentalizar as transformações estruturais que o setor agrário reclamava. Além dos princípios e fundamentos filosófico-jurídicos que exigiam e justificavam a intervenção do Estado na consecução das mudanças, o novo Estatuto delineou as formas de ação governamental que consubstanciavam a política das reformas agrária e agrícola, os objetivos sociais, econômicos e políticos estimados, bem como idealizavam os instrumentos e as diretrizes a serem perseguidas na implementação dessas políticas tão distintas e tão afins entre si.

Decorrida quase uma geração, o que se obteve em consequência da inércia e da submissão dos interesses sociais, foram resultados inversamente proporcionais às expectativas que se alentaram.

As soluções propostas, pelos atabalhoados equívocos de sua aplicação, radicalizaram as posições dos proprietários e dos posseiros, e o desatino irracional eclodiu uma disputa sanguinária que ameaça vítimas em todos os recônditos da República.

A par disto, entretanto, assistimos aflorar com tons flamantes de idêntica gravidade a outra problemática: o da pauperização da população rural e a sua eva-

são para os centros urbanos, como forma de minimizar os efeitos da desassistência de que o setor é vítima, originada desde a sistemática postergação do cumprimento das diretrizes que foram concebidas para a solução.

A redundância da omissão dos Governos Revolucionários e dos dois últimos que lhes seguiram, em verdade, é que protagonizam o infame desajuste que acabou sendo impingido sobre toda a superfície social, de forma a comprometer-lhe o desenvolvimento e a qualidade de vida.

A FACE DAS ESTATÍSTICAS

Um instantâneo do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA desnuda, de forma incontestável, a distorcida evolução da ocupação do solo rural, no período desta última geração, quando o capitalismo mais exacerbado propiciou a desordenada concentração de rendas e a urbanização acelerada, influenciando marcadamente na formação de latifúndios e nas desamparadas relações trabalhistas do setor primário.

Ressalta, daí, que os imóveis de mais de 1000 hectares, que ocupavam de 1967 o índice de 46,9% da superfície dos imóveis rurais do País, em 1985 passaram a deter 58,3%, sob propriedade de apenas 2% do contingente total de proprietários rurais.

No outro extremo, os imóveis com menos de 100 hectares, da superfície rural, tiveram a sua participação reduzida de 18,7%, em 1967, para 14%, em 1985, quando esse contingente representava 83,2% de todos os proprietários rurais cadastrados.

Desses 83,2% de proprietários de menos de 100 hectares, é de salientar, 66,4% (em números absolutos mais de 1,7 milhão de proprietários de imóveis rurais), possuem superfícies inferiores a 25 hectares, e ocupavam cerca de 7,5% da área nacional agricultável.

A deformação do quadro fundiário nacional salta à vista, porém, quando se observa, de um lado, 15 milhões de agricultores sem-terras; do outro, 409 milhões de hectares de latifúndios dos quais, constatamente, 41% de suas áreas aproveitáveis continuam inexploradas.

No Paraná, em tese, vivemos uma outra realidade. Segundo estatísticas dos órgãos oficiais de nosso Estado, de 1980, da área territorial de 19,9 milhões de hectares, 34% é ocupada por lavouras permanentes, temporárias ou em descanso; 28% representam áreas de pastagens naturais ou cultivadas; 13% correspondem às áreas de matas e florestas; 4%, são ocupadas pelos recursos hídricos; 2%, por rodovias e ferrovias; 2%, são de áreas urbanas; 14%, de áreas com ocupação não especificada; e 3%, somente, são de áreas produtivas não utilizadas.

A área especificamente rural, de aproximadamente 17 milhões de hectares, distribui-se por 474.346 propriedades: 159.061, com menos de 10 hectares; 181.563, de 10 a menos de 25 hectares; 73.133, de 25 a menos de 50 hectares; 31.536, de 50 a menos de 100 hectares; 24.702, de 100 a menos de 500 hectares; 2.615, de 500 a menos de 1.000 hectares; 1.708, de 1.000 a menos de 10.000 hectares; 28, acima de 10.000 hectares.

Dentro desse universo fundiário tínhamos, em 1985, 115.918 assalariados permanentes; 397.492 assalariados temporários; 50.409 parceiros rurais; 23.165 arrendatários; 70.991 trabalhadores não-assalariados; 383.491 proprietários que trabalhavam no imóvel; e, outros 625.550, dependentes desses proprietários.

O contingente de paranaenses que se dedicavam às atividades agropecuárias, ou dependiam dos resultados econômicos do setor, excetuando os dependentes dos trabalhadores temporários, os bóias-frias, somávamos 1.667.016 pessoas ocupadas ou dependentes do setor.

Um singelo exercício de lógica nos poderia induzir à conclusão de que esses números possam ainda estar se mantendo, à razão de que o crescimento demográfico possa ter suprido, nesse último quinquênio, o índice da evasão rural.

Não se pode negar, nem se há de esconder o nítido fenômeno obrigatório observado, nacionalmente, nestas últimas duas décadas. Conquanto a população rural representasse, em 1970, 44,28% da população nacional; em 1980 decresceu para 29,83%; e, segundo estima-se, para 23,21% ao final de 1990.

Sob este aspecto, o Paraná experimentou o mesmo fenômeno: entre 1970 e 1980, a população rural decresceu de 63,86% para 41,38%; e, teria decrescido, no final do ano passado, para 28,52%.

Paralelo a este sintoma, uma outra informação, chancelada pelo Governo Estadual, se impõe: entre 1970 e 1985, o setor operou um decréscimo de 16,54% sobre o número total de imóveis com menos de 25 hectares; em consequência, a superfície total das propriedades desta dimensão resultou diminuída em 16,09%, agregados a propriedades de áreas maiores.

OS EQUÍVOCOS DA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL
Neste concerto de informações, um importante da política agrícola revela um outro tratamento, falsamente discriminatório.

As estatísticas de 1980, indicam que as propriedades com menos de 100 hectares, virtualmente consideradas pequenas propriedades, absorviam 26% do volume dos recursos do crédito agrícola; as propriedades com mais de 1.000 hectares, classifi-

cadas de médias e grande propriedades, tomavam 19%.

Equivocadamente, estes índices podem nos induzir à conclusão de que os grandes proprietários foram prejudicados, na condição de que eram detentores de quase 50% das superfícies agricultáveis, e só auferiam 1/5 do crédito disponibilizado. A idéia, porém, é enganosa.

Enquanto as propriedades de até 100 hectares eram, em 1980, contempladas com 26% do crédito rural, absorviam 86% da mão-de-obra do setor, produziam 62% do valor total da produção agropecuária nacional; as propriedades com mais de 1.000 hectares, absorviam 19% do crédito rural, enquanto ocupavam 4% da mão-de-obra do setor e somente produziam 14% do valor da produção agropecuária. Ou seja, esses segmentos distintos de propriedades rurais tinham uma participação não apenas diferenciadas, mas até mesmo invertida na produção de alimentos e no cumprimento das funções sociais.

A propósito dessa situação, cabe observar que essa diferenciação distributiva do crédito agrícola ocorria antes da edição da Lei nº 8009/90, que no intuito de proteger a propriedade de família contra a execução de dívidas, retirou o acesso do pequeno e do micro produtor ao crédito agrícola, por incapacidade, daí por diante, de garantir os recursos emprestados. Em vista disto, é muito provável que os números atuais ampliem, ainda mais, essa discriminação de tratamento. O que se concebeu para beneficiar, acabou prejudicando esse segmento produtivo.

É óbvio, e por isso excluímos de apreciar o atípico comportamento do Governo Collor, com os efeitos da estiagem que se abateu sobre os Estados do Sul, a falta de custeio da última safra foi a maior responsável pelo abrupto decréscimo, de 70 para 50 milhões de toneladas de grãos.

É HORA DE AGIR E ESTIMULAR

Nenhum argumento contra os parâmetros que alinhavamos neste discurso, nos demonstrariam, ao menos, de uma convicção: é ainda, o consumo alimentar interno do País, e é quem sustenta a mais significativa parcela da pauta de exportações agrícolas.

Não obstante, é o segmento do setor mais penalizado pela incúria do Governo Federal.

Abandonada à sua própria sorte, as pequenas propriedades se sustentam mais na teimosia de seus proprietários, do que na capacitação e auxílios externos que o estimulem ao desenvolvimento.

No Paraná, as mais recentes pesquisas realizadas pela EMATER sobre a nossa realidade rural concluem que, a persistir a

cultura das técnicas empregadas e a manter-se os atuais padrões de produção, a subsistência digna de uma família de agricultores, conforme as condições do solo e do relevo, exigem uma propriedade entre 25 e 30 hectares de terras. Como também constatamos que essa área necessária deve ampliar-se para 50 hectares na Região de União da Vitória, por exemplo, pode contentar-se com 7 hectares na Região Metropolitana de Curitiba, se a atividade desenvolvida for de olericultura.

Se, na primeira situação pesa o efeito relevo-solo aliado à atividade reflorestadora; no outro caso, os benefícios do solo e a proximidade de um largo mercado consumidor impõem outra realidade.

Os liames de nossa produção agrícola estão fortemente atados à sorte desse argumento. Observemos: das atuais 474.346 propriedades rurais paranaenses, 283.736 são unidades de minifúndio, constituídas de 1 a 25 hectares, que representam 59,87% do número total de propriedades; esses minifúndios absorvem 3.635.339 ha. da nossa área agrícola aproveitável, equivalente a 21,32% do total; absorve mais de um milhão de paranaenses, correspondente a quase 65% do pessoal ocupado pelas lides rurais.

É sob o impacto destas estatísticas que ao menos uma conclusão se impõe: o segmento exige discernimento, atuação e ação, profícuas e urgentes, sob pena de vermos comprometido o desenvolvimento conquistado, e vermos abalados todos os esforços dispendidos para a consecução de uma sociedade justa e sempre mais igual.

É o momento, agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de o Governo do Paraná, sustentando a tradição de executor das políticas sociais, com a mesma ênfase e mais ênfase de que empregou em situações menos agudas desses dois últimos Governos que sucedeu, empreender mais, inovar, constituir programas que priorizem minimizar os focos de depressão que se abatem sobre o setor, especialmente no segmento de minifundiários, de forma a revitalizar a operosidade dos agricultores, através de recursos e programas conjugados de extensão rural, que lhes propicie manter e garantir a sobrevivência digna de suas famílias.

Foram altamente satisfatórias, no Governo Richa, o Programa de Tração Animal, o Programa de Manejo do Solo, o Programa de Combate à Erosão, o Programa de Micro-Bacias, e muito eficiente, o Programa de Permuta de Sementes e Aves.

Há que se festejar as realizações do Governo Álvaro Dias, tanto no que concerne à continuidade dos programas que vinham sendo executados, quanto, particularmente, a expansão da malha que beneficiou até os mais esquecidos e longínquos proprietá-

rios, interligando-os à economia de mercado e oferecendo-lhes melhores condições de integrarem-se ao desenvolvimento social.

De um e de outro Governo, há que se relevar os esforços de interiorização educacional, não obstante amarguemos, provisoriamente, o índice de 19% de analfabetismo, o maior dos três Estados do Sul; o CLIC RURAL; o Programa de Habitação Rural; o Programa de Irrigação; e, tantos outros que foram implementados pelos Programas de Extensão Rural da EMATER, da CAFE do Paraná, da SEAB, e ensejaram aproximar o nosso pequeno produtor das comodidades da vida moderna e das efetivas condições de desenvolverem as suas atividades através de parâmetros melhorados de avaliação dos resultados que podem ser obtidos pela ação do seu trabalho.

Foi essa atenção de Governo, seguramente, que permitiu que o setor primário continuasse a responder, até aqui, por um terço da arrecadação total do ICMS; e, para o Brasil, embora a sua superfície represente apenas 4% da área agricultável do País, por 25% da produção nacional de grãos.

Se é verdade que a nossa capacitação territorial está esgotada para a recepção de novos contingentes de propriedades, e são centenas as famílias de sem-terras, ainda, que auspiciam essa oportunidade, alojadas à margem de nossas Rodovias; se é verdade que o Estado não tem como gerar recursos para protagonizar o financiamento de custeio das nossas safras; se é verdade que a iniciativa privada do Paraná considera deficitária a instalação de agro-indústrias que aproveitem, na circunscrição do nosso território, o enorme contingente de matérias-primas que vimos exportando a preços aviltados, "in natura"; se é verdade que os efeitos do capitalismo inconsequente, que a modernização mecânica e a monocultura empreendidas nas grandes propriedades é a causa fatal do desemprego de verdadeiras legiões de bóias-frias; se é verdade que, tecnicamente, 25% dos minifúndios paranaenses estão aquém de atender sequer as necessidades primárias das famílias dos seus proprietários; a tarefa do novo Governo que se inaugura é de continuar voltada para a consecução de ações que radicalizem, nos seus propósitos a erradicação de todas essas vicissitudes.

Não temos a pretensão de conhecer qualquer solução que contemporize abrupta e definitivamente esse quadro. Sem embargo desse propósito, no intuito de merecer a nossa contribuição, objeto da contemplação do universo dessa problemática, concluímos que:

1. Poder-se-ia intentar o assentamento de centenas de famílias, através de um

programa conjunto, cancelado pelo Estado e Municípios, de arrendamento de áreas agricultáveis não exploradas, por prazo determinado, com pagamento à base de percentuais de produção. A ingerência intermediária de um Poder constituído atuando como mediador dos interesses das partes, seguramente garantiria um grau maior de confiabilidade ao escalado proprietário rural, sempre temeroso de que o seu patrimônio venha a servir de objeto da reforma agrária. Naturalmente, a mediação se extinguirá à proporção que a ação do Governo Federal disponibilizasse novos assentamentos em nosso Estado.

2. Poder-se-ia, urgentemente, incrementar o Programa de Mercado Popular, interiorizando-o a todas as cidades com população superior a 20 mil habitantes, como forma de integrar o produtor rural à economia de mercado e estimular-lhe a produção. A par disto, propiciar-se-ia o consumidor urbano pela oferta de produtos a preços mais condizentes com a realidade, pela eliminação dos atravessadores.

3. Poder-se-ia potencializar o Programa de Permuta de Sementes, no intuito de garantir-se o plantio com qualidade genética satisfatória, e a vantagem de promover-se uma reforma agrícola que sintonize os interesses sociais da produção com índices de maior produtividade.

4. Poder-se-ia incrementar o parque agroindustrial pela oferta de recursos do Programa de Estímulos ao Instrumento Produtivo, conclamando a participação das Cooperativas, Associações Patronais Rurais, Sindicatos e iniciativa privada, transferindo-lhe isenção parcial ou total, temporária, de impostos estaduais, com o objetivo de melhor aproveitar o acervo das nossas potencialidades produtivas e a geração de empregos novos que minimize a evasão rural para os centros urbanos.

Complementarmente, é imprescindível que o novo Governo Estadual atente, também, para a nossa limitada capacidade de armazenamento da produção, hoje restrita a 16 milhões de toneladas. O setor se resente de unidades a nível de armazéns comunitários; armazéns coletores (cooperativas, entidades estaduais e companhias particulares); armazéns estratégicos (estoques reguladores); e unidades terminais (industriais e portuárias), de importância significativa para reduzir as perdas de produção e permitir que o agricultor possa optar entre a venda imediata ou aguardar uma melhor situação de mercado para os seus produtos.

Seguramente, entre outras tantas alternativas inovadoras que poderiam ser implementadas através da firme determinação política deste Governo, do que este Governo seguramente é pródigo, ensejariam

perspectivas menos sombrias sobre o futuro do nosso minifundiário.

Temos a convicção de que o Estado, pela vanguarda de suas lideranças possui gabarito e condições de solucionar pela metodologia objetiva e sensibilidade de suas ações, o impasse que se prenuncia instalar em nosso setor agropecuário.

Foi pela sua determinação intransigente e pela sua fé inarredável, que o Governador Roberto Requião promoveu, quando era Prefeito de Curitiba, o maior programa social dos seus 298 anos de emancipação política. Hoje se descortina um novo desafio: estancar a evasão rural pelas garantias da qualidade de vida de sua população; pela propiciação de canais de desenvolvimento que ensejam a realização social da população rural do Paraná.

Em verdade, porém, nenhuma iniciativa a nível de Governo de Estado será suficientemente satisfatória enquanto o Governo Federal não alterar significativamente as suas relações com o setor.

É inaceitável tanto descaso, tamanha discriminação.

É tempo de as lideranças políticas nacionais reverterem o quadro desalentador que se impõe, inconseqüente, sobre a economia agrícola.

É tempo de o Governo Federal, com determinação:

1. Prover a execução de uma política fundiária que estabeleça, definitivamente, o caráter de função social da terra, de forma destemida, que arroste os interesses dos latifundiários, das empresas e das multinacionais do setor que mantêm propriedades improdutivas, como reserva de valor, em detrimento de um incomensurável número de bóias-frias, meeiros e arrendatários que estimariam participar do direito à sobrevivência através da única forma que a vida lhes propiciou aprender: o cultivo da terra.

2. Estabelecer uma política de crédito rural, a juros diferenciados, segundo o porte das propriedades beneficiárias.

3. Instituir um seguro agrícola que contemple, além do valor de custeio de safra, que somente garante os recursos emprestados pelas instituições bancárias, todo o volume dos investimentos produtivos.

4. Organizar programas de assistência e extensão rural que norteiem os esforços produtivos para as efetivas necessidades de mercado, combinadas com o potencial agropecuário que possa, pela racionalização de seus métodos, resultar em maior aproveitamento sócio-econômico-tecnológico da terra.

5. Adotar uma legislação previdenciária indiscriminada, que enseje ao trabalhador rural auferir os mesmos benefícios

com que são contemplados os trabalhadores urbanos.

Em agindo assim, aplainando as injustiças, mais cedo do que possamos sonhar, teremos a certeza de saber que a produção nacional do setor multiplicou-se; a oferta de produtos alimentares venceu a subnutrição; os índices de morte por inanição foram erradicados dos obituários oficiais; e, os produtores, mais do que integrados à sociedade de consumo, estarão realizando as perspectivas do seu desenvolvimento social.

Seguramente já conhecemos os nossos males e poderíamos até dispensar os discursos. Sabemos também qual é a medicina. O que cumpre agora é ter a coragem e a decisão de buscar e coordenar os meios para obter os remédios e aplicá-los convenientemente.

Se a justiça social se traduz, como concordam os nossos sociólogos, por uma melhor distribuição da riqueza, é tarefa entã tomar as medidas para torná-la efetiva.

Como nas dunas, a riqueza se acumula aqui e ali, trazidas pelos ventos da especulação, pelo trabalho e pelas necessidades de milhões. O que cumpre realizar é um movimento de retorno e a recuperação das depressões.

A prosperidade, o bem-estar, a estabilidade social de um povo tem mais sentido horizontal do que vertical. Porque, quando tudo se acumula nas montanhas mediante o desgaste e a erosão da base, será fatal, mais cedo ou mais tarde, a ruptura do equilíbrio e o desmoronamento de toda a cordilheira. E, então, não haverá lei de segurança que contenha a hecatombe.

O Sr. Geraldo Cartário - Senhor Deputado Renato Adur, me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado, o assunto que Vossa Excelência está abordando é sem dúvida de maior importância. Hoje, a grande preocupação da sociedade é com a zona rural, mas se deparmos que nos últimos anos não existe uma política definida para a zona rural. Vejamos, por exemplo, quando Prefeito, chegamos em Brasília, no Ministério da Educação, no Ministério do Desenvolvimento Urbano, inclusive no tempo que o Deni Schwartz era Ministro, e por incrível que pareça, não adiantava pedir sequer um centavo para o setor da zona rural porque o Governo Federal não tinha prioridade nenhuma, não tinha nenhum atendimento à zona rural. Veja, por exemplo, o problema da COHAPAR e o problema da COHAB na nossa região metropolitana, se você ali chegar, solicitar um empréstimo para construir umas casas populares na zona rural não há financiamento, não há qualquer atendi-

to. Dessa forma, Vossa Excelência que representa uma região como eu represento, a região nossa metropolitana e Sul do Paraná vejamos por exemplo, em Tijucas do Sul para se chegar a Agudos do Sul não tem asfalto, para se ir do Pien até Rio Negro tem que se passar por cinco municípios porque não há uma ligação asfáltica entre Pien e Rio Negro, aqui tão bem representado pelo nosso Deputado Alceu Swarowski. Dessa forma eu indago Vossa Excelência, será que não era oportuno de nós Deputados nos irmarmos em termos de apresentarmos um projeto especial, específico para a região da zona rural de todo nosso Estado do Paraná, dando alguns exemplos, não podemos aceitar que 30, 40 quilômetros sejam feitos a pé porque não existe transporte na zona rural em muitos e muitos municípios, a mãe com uma criança no colo para ir ao médico tem que ir a pé. Então o nosso Projeto, ilustre Deputado, seria um trabalho conjunto de todos os Deputados de todos os partidos para conscientizarmos os nossos Prefeitos que não podemos permitir que da zona rural até sua cidade sede se ande a pé em busca de um atendimento médico, em busca de outros atendimentos. Nós precisamos sim, de conscientizar os Prefeitos e o nosso Governador do Estado de implantarmos o sistema de transporte gratuito em toda a zona rural do nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. RENATO ADUR - Perfeitamente Deputado Geraldo Cartário, eu agradeço suas palavras, e concordo plenamente com Vossa Excelência. E a propósito disso nós temos aqui em mãos o telex recebido também em nosso gabinete do qual o ilustre Deputado Colombino Grassano acabou de lê-lo na sua íntegra no Plenário, o qual eu pediria também que fosse integrado ao nosso pronunciamento.

Um telex de um metro e meio o qual manifesta tacitamente a preocupação da COAMO, uma das maiores cooperativas da América Latina em relação aos agricultores do Estado do Paraná, preocupação essa que atinge a todo um Estado, e é óbvio nós até por isso excluímos de apreciar o atípico comportamento do Presidente Collor, Governo Collor, com os efeitos da estiagem que se abateu sobre os Estados do Sul, a falta de custeio da última safra foi a maior responsável pelo abrupto decréscimo de 70 para 50 bilhões de toneladas de grãos no nosso País.

Esse telex do Presidente da COAMO é o testemunho da situação que se abate sobre o nosso Estado, sobre a agricultura em nosso País, e medidas como essa Deputado Cartário, que Vossa Excelência acabou de apresentar têm que ser tomadas não apenas por Deputados que defendem a região do in-

terior ou por aqueles que defendem a região metropolitana ou mesmo da Capital, mesmo em Agudos do Sul e Mandirituba existe o centro urbano, mas existe conseqüentemente uma zona rural muitas vezes muito mais prejudicada do que outros grandes centros eminentemente agrícolas do interior do Estado do Paraná.

O Sr. Antônio Costenaro - Concede-me um aparte, ilustre Deputado?

(Assentimento).

Realmente a análise que Vossa Excelência faz tem nos causado uma situação muito desagradável, principalmente como agricultor no Paraná. Homem do campo da região agrícola onde acompanhamos todas as reivindicações sejam elas dos pequenos produtores, sejam elas dos médios produtores e também as cooperativas principalmente que têm sido o sustentáculo da agricultura do Paraná e do Brasil. Lamentavelmente os anos passam, as discussões são acirradas, no português claro mesmo, a choradeira do agricultor, e me parece que os governantes de um modo geral acham que apenas a chamada choradeira, mas é lamentável, e como Deputado no Gabinete no dia-a-dia nós sentimos o que está acontecendo agravando-se a situação agrícola do Paraná principalmente, porque recebemos da região do interior da nossa região que é sua também. Nós recebemos pessoas e mais pessoas; é um contingente extraordinário da Agricultura que vem para a cidade grande na busca da sua sustentação, porque lá eles estão abandonando as famílias, o campo, aonde têm a sua vida, as suas raízes, o seu desejo de vencer, e o Paraná, um Estado como o nosso, produtor e rico em produção, mais vive a miséria que vive a Agricultura do Paraná.

É lamentável que isso continue acontecendo. Os governantes vêm se sucedendo um ao outro. Infelizmente, nesse campo é o Governo Federal, sem dúvida nenhuma; a mentira é sempre a mesma. A vergonha nacional é a mesma. Antes se produz alimento para sustentar à mesa do cidadão principalmente, e o cidadão que eu estou dizendo, não é da cidadania não. Aquele que vive na cidade sem saber o que é produzir, sem conhecer o que é produzir, o que é sofrer. Sofrer para botar alimento na mesa das pessoas do nosso País, e dos países lá fora que não produzem nada, e vivem uma vida extraordinária.

Mas, aqui, aqueles que produzem não têm direito de se alimentar, alimentar os seus filhos, os seus familiares, e aí então, vem a tristeza, o abandono da Agricultura, e nós passamos, como políticos, como Deputados e estamos agora no segundo mandato, mas, não vimos acontecer nada até hoje, para que o produtor rural pudesse

continuar na Agricultura produzindo e lá está na sua maneira de viver tradicional, aqueles que sustentam este País, continuam abandonados, a não ser os atendimentos que têm acontecido: as estradas um pouquinho melhor, a luz que melhora um pouco, mas, os seus produtos continuam sendo vendidos de graça, praticamente.

Um produto que você traz num caminhão, você leva depois uma caixa de fósforo de produto industrializado.

É lamentável que continue acontecendo isto em nosso País.

Portanto, eu parabenizo o seu pronunciamento, e nos somamos a essa luta em defesa dos trabalhadores agrícolas, principalmente os produtores do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR - Muito obrigado.

O Sr. Ovídio Constantino - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento).

Ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência sobre os dados colocados na agricultura, quero me solidarizar com a preocupação que Vossa Excelência demonstra pelos pequenos produtores rurais e dizer que os fatos constatarem que, entra governo e sai governo, entra e sai outro, a concentração de terra em nosso País cada vez mais avança, cada vez mais a propriedade da terra, que é o meio de sustento para a grande maioria do povo brasileiro, passa a ser mercadoria de negócio, de lucro e não usada como um bem social. Isso se vem acelerando e muito nestes últimos anos depois de Figueiredo, Sarney, e muito mais agora no Governo Collor.

Quero ressaltar o problema específico da seca no Sudoeste e que em função disso Vossa Excelência já colocava, o Governador Roberto Requião com o Secretário da Agricultura, após várias audiências com os movimentos, com os agricultores do Estado do Paraná, principalmente na questão da seca, estão levando essas reivindicações, hoje, para o Ministro Cabrera. Mas, gostaria de dizer também que problema da agricultura é um conjunto que deve ser tratado não especificamente, casos esporádicos, mas a questão da Reforma Agrária, a questão da política agrícola, que hoje no nosso País, como já foi dito por outros Parlamentares, está jogada às traças, ao abandono. Quero me referir, principalmente, a um caso específico da seca na região do Sudoeste do Paraná, mas também todo o Estado, quando o Banco Central, através de reivindicações dos agricultores, libera um crédito irrisório para os trabalhadores da seca, que estão prejudicados pela seca,

mas que impõe limitações, através dos bancos particulares, ao acesso do pequeno agricultor, que hoje precisaria de um auxílio de emergência para não ter que sair da terra e engrossar as filas nas periferias da cidade e que não está sendo preocupação pelo Governo Federal, principalmente pelo Banco Central quando libera essa reivindicação dos agricultores, mas impõe limitações, impedindo aquele agricultor que há tempos abandonou os bancos por medo de perder o seu pedacinho de chão, de ter acesso a esses recursos. Isso nós tratamos ontem com o Governador Requião e ele estará discutindo, estará levando essa preocupação dos agricultores até o Presidente da República, através do Ministro Cabrera, na data de hoje.

Muito obrigado.

O SENHOR RENATO ADUR - Perfeitamente, Deputado. Concorde com V. Exa. E ratificando as suas palavras: a própria Lei n° 8009, a qual nós já nos referimos neste pronunciamento, no intuito de proteger a propriedade da família, através da impenhorabilidade dos bens, acabou por espantar as instituições financeiras e fazer com que elas não abrissem, não dessem crédito ou financiamento para esses pequenos proprietários, a não ser que tivesse uma outra propriedade que garantisse aquele financiamento ou que tivesse um outro avalista, como ocorre normalmente. Então, uma lei que teve o efeito contrário e mais uma vez o prejudicado foi o mini e o pequeno produtor rural.

(Lê política agrícola)

"Prezado Senhor:

Passamos às mãos de Vossa Senhoria, cópia do telex que enviamos ao Excelentíssimo Senhor Fernando Afonso Collor de Mello - DD. Presidente da República, o qual solicitamos seu apoio nas reivindicações solicitadas junto às autoridades governamentais.

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO COLLOR DE MELLO
DD. Presidente da
República Federativa do Brasil
Brasília - DF.

Senhor Presidente.

A agricultura brasileira passa pelos piores momentos de sua história, arcando com um sacrifício infinitamente desproporcional aos demais segmentos econômicos do País. Preocupa-nos o preço que os brasileiros terão que pagar pela organização do sistema. Somos uma cooperativa que congrega mais de 36 mil produtores rurais, dos quais mais de 80% são mini e pequenos.

Tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência, num dever patriótico

que temos para com a nossa nação, de alertá-lo sobre alguns aspectos cruciais para os quais deve Vossa Excelência voltar sua atenção urgentemente.

(Lido da tribuna)

PROAGRO

O ressarcimento das indenizações do PROAGRO está suspenso desde janeiro de 1.990, com o advento da resolução 1676 do Banco Central, e hoje já totalizaram mais de 65,8 bilhões de cruzeiros, sendo 11,8 bilhões nas instituições privadas e 54,0 bilhões junto ao Banco do Brasil, sendo que ainda estão pendentes na CER - Comissão Especial de Recursos, mais de 30 mil processos para serem analisados.

Esta cooperativa, que atua fortemente no crédito de repasse junto a mini e pequenos produtores está com pendência a ser resolvida desde a safra de trigo de 1.989, num total de mais de Cr\$ 3,3 bilhões.

Em consequência de tal fato, reduz-se o valor a ser aplicado na agricultura pelos bancos - porque o governo não está cumprindo com a sua parte - gera dificuldades aos agricultores para obtenção de novos créditos e dificulta o enquadramento dos novos financiamentos em função do risco concentrado junto ao agente financeiro.

Assim sendo, além do governo não estar aplicando praticamente nada na agricultura, ainda está interferindo fortemente para que os bancos não apliquem a sua exigibilidade.

Se o governo, cumprisse com a sua parte, estes recursos amenizariam em muito os problemas de plantio de trigo, safra 91, comercialização da presente safra, sobre as quais mais adiante iremos comentar.

Por outro lado a cooperativa que procurou apoiar o produtor na época de plantio, também agora está com seu capital de giro imobilizado, isto porque o produtor não liquida suas contas enquanto não receber a indenização a que tem direito do PROAGRO.

Com sucessivos PROAGROS não indenizados, hoje já se torna difícil o enquadramento de novos financiamentos para efeito de rebate de percentuais não indenizáveis, instalando-se o verdadeiro caos no sistema de crédito rural.

Urge pois, Senhor Presidente, o ressarcimento imediato dos valores pendentes, gerando recursos nos bancos para o financiamento de comercialização e das lavouras de inverno que ora estão em andamento. É necessária a agilização do processo de deliberação da CER - Comissão Especial de Recursos, e uma definição de verbas no orçamento geral da união para a realização dos ressarcimentos dos processos pendentes.

TRIGO SAFRA 91

Já estamos na segunda quinzena de abril (em plena época de plantio do trigo) e nenhuma definição sobre os recursos para o plantio de trigo da presente safra nos foi dada.

Até o presente momento os produtores que fizeram o EGF, SAFRA 90, não têm como comercializar o seu trigo egegado, pois que o mercado não os remunera, nem o Governo cumpriu com as normas de transformar seu produto em AGF, complementando seu pagamento. Só esta cooperativa tem cerca de Cr\$ 110 milhões para receber de complemento. Sem correção, quando esses recursos forem liberados, os valores a receber estarão totalmente corroídos pela inflação.

Quanto ao plantio de trigo da presente safra, não pode o governo simplesmente abandonar os produtores, entendendo que é melhor importar, pois sabemos perfeitamente que custo de importação, posto moinho, no mínimo, é igual ao custo nacional.

Importar é beneficiar os produtos de outros países, os quais lá são subsidiados. O Governo tem que olhar um pouco mais além, pois que existe toda uma estrutura montada para a cultura do trigo e que não pode ser abandonada.

São prestações de investimentos de produtores que foram assumidas para pagamento com os resultados de tais culturas. São estruturas de armazenagem de cooperativas que foram montadas para atender a cultura do trigo. É a terra que, sem ser coberta, se infesta de ervas daninhas, além de ficar sujeita à erosão, perdendo consequentemente suas qualidades, com sérias consequências para o futuro.

Se já não tivemos recursos suficientes para o custeio, como o produtor poderá se capitalizar para os próximos plantios?

Será que a escassez de recursos para a comercialização irá beneficiar o consumidor? Será que não é somente os intermediários é que vão ficar com o maior lucro? Será que não é somente o produtor que irá perder?

Indagamos, Senhor Presidente: a utilização dos recursos à taxa de juros de mercado. (Hoje em torno de TR + 50% AA) vai beneficiar o consumidor? O produtor? O industrial?

Quem vai sair beneficiado com esta escassez de recursos à taxa de crédito rural? Será que não serão somente os bancos?

O melhor incentivo para se produzir, Senhor Presidente, é o preço justo. De nada adianta promovermos a reforma agrária dando terra para quem não tem, se não estamos dando a mínima condição àqueles pequenos produtores que já estão na terra e nela sabem trabalhar.

Com a atual política que estamos vendo ser praticada, vamos expulsar da terra

aqueles que nela sabem trabalhar e vamos dar terra para quem não vivencia com ela.

Existe hoje, principalmente no Sul do País, uma excelente estrutura de armazenagem montada por cooperativas de produtores rurais. Essas cooperativas assumiram, nesta região do País, uma função que o Estado teve que assumir em outras ocasiões e outras regiões a custo muito elevado para o erário público. Essas cooperativas precisam ser apoiadas e incentivadas a continuarem com sua grande missão, caso contrário, toda atividade agrícola no país corre o risco de ser desestruturada.

Hoje já temos a pesar sobre a agricultura uma das maiores taxações do mundo, em termos de custo de fretes estamos muito longe de nosso concorrente principal, os Estados Unidos, também os custos portuários são os mais caros do mundo.

E em todo o mundo a agricultura é subsidiada.

Abandonar a cultura de forma como estamos presenciando é relegar a um plano secundário os problemas seriíssimos do campo, com reflexos desastrosos que desaguarão no êxodo rural.

Existe aí, Senhor Presidente, uma função social do financiamento agrícola que deve ser levado em conta. Pois de que vale combater os problemas sociais dos grandes centros urbanos se não estancarmos uma das suas origens que é o êxodo rural.

É toda uma economia que gira em torno de tal cultura. São tratores e colheitadeiras que são acionados. É a arrecadação de ICMS (cerca de Cr\$ 18 bilhões) e FUNRURAL (Cr\$ 3,9 bilhões) que deixam de ser gerados. Além do grande volume de fertilizantes, defensivos e combustíveis que são consumidos.

O trigo é importante para nossa economia. Investir na pesquisa do trigo é muito importante para o País. Importarmos trigo é declarar nossa incompetência para resolvermos nossos problemas. É fugir da realidade e ficarmos na dependência externa, escravos desta nossa incompetência, ou comodismo, quem sabe.

Urge, Senhor Presidente, que se destine os recursos necessários para o custeio do trigo, safra 91. E para a concretização do seu plano é necessário também que não se considere as frustrações anteriores para efeito de debate de PROAGRO, a exemplo do que foi agora decidido para as vítimas da seca na região sul.

COMERCIALIZAÇÃO SAFRA VERÃO 90/91

Até o presente momento, Senhor Presidente, praticamente nenhum recurso foi liberado para a comercialização da safra de verão 90/91.

É humanamente impossível querer que se comercialize uma safra que é colhida em

três meses e que vai abastecer o País durante doze meses, sem qualquer aporte de recursos financeiros a juros compatíveis com a atividade agrícola.

Desejar baixar a inflação via escassez de recursos para comercialização agrícola, é matar o produtor de inanição. A queda dos preços agrícolas, motivada pela concentração de oferta, geram uma inadimplência generalizada em função dos altos custos de financiamentos.

Necessitamos, pois, Senhor Presidente, urgentemente de recursos a juros agrícolas para comercialização. Os bancos privados, previam aplicar em abril cerca de Cr\$ 80 milhões, face às exigibilidades. Praticamente nada foi aplicado até o momento, e a alegação dos mesmos é que estão super aplicados.

Temos que ter recursos para comercialização da safra, sob pena de se instalar o caos na área.

CONCLUSÃO

Senhor Presidente, são estes, no momento, os principais problemas que estão paralisando a atividade agrícola.

O retorno na atividade agrícola é um dos mais rápidos de toda atividade econômica.

A agricultura está abandonada à própria sorte. Estão querendo combater a inflação às custas da agricultura. Estamos nos empobrecendo cada vez mais. Esta é a consequência. Quando a agricultura não vai bem, todo o País passa a sentir seus efeitos.

Esperamos pois que Vossa Excelência, reexamine a postura do Governo frente aos problemas deste setor, pois que na agricultura, o que se destrói em um ano, leva-se quatro para reconstruir.

Certos de que possamos contar com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Poucos minutos quero usar da Liderança do PT, para complementar alguns dados do meu pronunciamento no Pequeno Expediente, quando, devido ao tempo e à pressão, não pude concluir, quando falava dos programas de aluguel, dos programas de televisão, dos partidos de aluguel, dos partidos políticos.

Há necessidade de regulamentar o uso da televisão pelos partidos políticos e

que se proíba esses abusos que se cometem, quanto ao uso do horário nobre da televisão, com o horário eleitoral. A exemplo dos abusos citados anteriormente, do PDC que alugou o seu horário de partido para o Governador Orestes Quércia e do PST que alugou seu horário para o Governador Álvaro Dias, quero salientar e informar aos nobres Deputados que hoje à noite, a partir das 20:30 horas, um programa sério, um programa que retratará ao País o programa de governo que nosso governo paralelo, através do companheiro Lula, está apresentando ao Congresso Nacional, às Lideranças civis do nosso País, às entidades populares e civis e estará sendo apresentado hoje à noite na televisão, através de rede nacional, pelo Partido dos Trabalhadores.

Convido a todos a assistirem o programa do Partido dos Trabalhadores hoje à noite, e tenho a certeza que muitos, ao ouvir e ver este programa, sentirão saudades do tempo em que se pregava uma campanha séria para Presidência da República e aqueles que estão arrependidos de terem votado no Presidente Collor, terão satisfação de ver um programa sério, de ver um projeto de governo, sério, para o nosso País, hoje às 20:30 horas, na televisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton César Servo, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 92/91, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado (Publ. no D.A. n° 24, de 21.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 92/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 92/91, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, declara de Utilidade Pública a Associação dos Escritores de Polícia do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

O projeto encontra-se devidamente instruído, obedece às normas legais e regimentais, razão pela qual opinamos pela sua tramitação normal nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 98/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a BIBLIOTECA FREUDIANA DE CURITIBA - CENTRO DE TRABALHO EM PSICANÁLISE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado (Publ. no D.A. n° 25, de 01.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 98/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Biblioteca Freudiana de Curitiba - Centro de Trabalho em Psicanálise, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos deste Poder.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente projeto de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/91, de autoria do Deputado DUÍLIO GENARI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado (Publ. no D.A. n° 27, de 02.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 104/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Duílio Genari, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves, com sede e foro na cidade de Toledo.

Encontra-se a presente Associação, instituída pelos requisitos exigidos no art. 1° da Lei n° 6994, de 10.01.78, que normatiza a Declaração de Utilidade Pública, inexistindo impedimentos regimentais à sua tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em virtude destas circunstâncias, somos favorável ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 809, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa vai examinar o projeto. Se tiver condições, será incluído na Ordem do Dia.

Requerimento n° 824, de autoria dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Nelson Garcia, Nelson Justus e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Recebido como sugestão.

Requerimento n° 817, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 818, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell, Paulo Maia e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 812 a 815, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 816, de autoria dos Srs. Deputados Domingos Carvalho, Dalton Machuca, Toti Colaço e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 819 a 821, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 823, de autoria do Sr. Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 795, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

No dia de ontem, pedimos para discutir este requerimento, e após analisá-lo entendemos que o mesmo acha-se em plenas condições de ser votado. E as informações que pretende o Deputado Antônio Annibelli, em que pese não estar hoje presente à sessão por motivos que desconhecemos, entendemos que seja do interesse desta Casa, porque ele indaga ao Governador se as licitações aprovadas, ou melhor, anunciadas na gestão passada, foram suspensas. Muitas concorrências anunciadas estão suspensas. Se existem obras paralisadas. Se existem obras que são prioritárias. Evidentemente existem obras que são prioritárias.

Então, não vejo por que o Governo Roberto Requião que pretende ser um governo transparente, e está sendo, de não aprovarmos estas indagações. No nosso entendi-

mento estão todas respondidas antecipadamente.

Por esta razão, recomendamos à nossa bancada para que vote favoravelmente ao requerimento do Deputado Annibelli, de um Pedido de Informações, em que pese não estar presente o autor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Antônio Annibelli, conservem-se como estão. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/91.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 10, 92, 98 e 104/91.

Levanta-se a sessão.